

EGAL 2013

Título: Desconstruindo a visão midiática do novo Estado de Israel através de identidades minoritárias.

Autores: Felipe Marcel Bari da Silva<sup>1</sup> e Bruno Ladvoat Cintra<sup>2</sup>

Qualidade acadêmica: <sup>1</sup>-Graduando do curso de Geografia em bacharel e licenciatura,

<sup>2</sup>-Graduando do curso de História

Qualidade profissional: Estudantes

Instituição: <sup>1</sup>-Universidade Federal Fluminense e <sup>2</sup>-Pontifícia Universidade Católica

País: Brasil

Resumo do trabalho:

O trabalho a ser apresentado percorre através de fatos históricos, e de movimentos políticos associados a estes, como os de independência do atual Paquistão e do atual Bangladesh. Depois discorre pelas diferenças entre estado e nação e através de exemplos da história, até adentrar na chamada questão palestina, onde a aborda com questões sutis, normalmente não disparadas pela mídia. Por fim explicita a complexidade (um tanto adversa) das identidades do território com um maior enfoque nas tão complexas e tão simplificadas identidades judias e árabes, e conclui que certas vezes a visão massificada acaba por piorar o complicado nó político espacial.

Introdução:

A História registra o protagonismo do pensamento crítico na desconstrução do que a cultura carrega como senso comum. Em última análise, não existe consenso que não possa ser questionado: desde os dogmas religiosos até o império da mídia, não há instrumento de hegemonia cultural que possa resistir eternamente a quaisquer tentativas de depurá-lo e avaliá-lo. A investigação científica de alto rigor mostrou-se particularmente decisiva para transformar um “zeitgeist” (“espírito do tempo”) em outro. Perante o desafio contemporâneo de contrapor ao consenso manufaturado pela mídia, o trabalho decisivo da superação do paradigma vigente exige não só uma aplicação severa do método científico de pesquisa para obtenção de informações mais qualificadas que o aparato midiático tem pra oferecer, como também uma massificação de arcabouço que não o vulgarize. Da mesma forma que os pesquisadores qualificados se recusam a reduzir a favela à imagem midiática do crime, ou a reduzir o continente africano à imagem midiática de fome e miséria, nós recusamos a reduzir Israel à

imagem midiática de conflito entre árabes e judeus, impelidos pela nossa formação intelectual e pela compreensão criteriosa da realidade local.

#### Metodologia:

Para a realização do trabalho foram feitas diferentes viagens/programas em tempo recente para Israel, vivendo e conhecendo diferentes realidades do Estado em questão. Tais viagens foram analisadas em conjunto na pesquisa vigente, criando uma coletânea de informações obtidas dentro e fora do Estado de Israel. As realidades do país analisado, por serem pouco abordadas, inviabilizam e até atrapalham debates e estudos sobre a questão local.

A realização de uma simples pesquisa feita com diferentes indivíduos permitiu a comprovação através de análises, de que o entendimento maniqueísta é o mais comum, com enfoque em conflitos e 'religião' como de características unificadoras nacionais quando na verdade são apenas características expostas de forma simplista.

#### O trabalho:

O Estado nacional é uma realidade política tão antiga quanto o mundo moderno, mas foi a partir da Idade Contemporânea que o nacionalismo se tornou um fenômeno mundialmente disseminado. Povos de todas as partes do mundo, a começar pelos da Europa, foram aos poucos se reconhecendo como nações, cuja condição natural, por consequência, exigiria autonomia política, quiçá até mesmo soberania. No começo do século XX, a esmagadora maioria dos povos no globo terrestre vivia sob a tutela política de outros países, em maior ou menor grau. Se para os países centrais em cada império o nacionalismo era útil para justificar a supremacia de uma metrópole sobre suas colônias e protetorados, para muitos povos periféricos dessa relação o nacionalismo era uma ideologia capaz de motivar uma luta por independência em relação aos seus "mestres". Superada a fase de dominação/ocupação/colonização, presumia-se que o momento seguinte seja de construção de um estado nacional independente.

Se a noção de que cada nação mereça um estado possa parecer um tanto formulaica para um pesquisador, para os países "tutores" na relação imperialista ela chega a ser impertinente. À essa impertinência houve reações variadas. Às vezes, o caminho mais conservador é negar a um povo qualquer a categoria de minoria nacional ("minorias" entendidas como categoria sócio-política, jamais numérica), e, portanto, refutar seu anseio por autodeterminação. Essa postura se impõe de cima pra baixo e foi bem ilustrada em 1945, pelo Ministro das Relações Exteriores do Reino Unido, Ernest Bevin, que disse aos judeus que eles não eram uma nação, mas uma religião—embora a esmagadora maioria dos judeus não seja, em absoluto, religiosa—e que,

portanto, não mereciam qualquer status nacional ou prerrogativas a ele associadas. Outro caminho conservador é distinguir as nações em critérios valorativos, quase sempre para determinar que umas nações tenham vocação para tutelar (leia-se, conquistar e dominar), e outras estejam fadadas ao domínio estrangeiro supostamente dotado de dons civilizatórios. Por vezes o critério capaz de classificar as nações entre civilizadoras e bárbaras foi racial, o que pode explicar a enorme proliferação de teorias cientificamente racistas no auge do imperialismo.

Em outros casos, pode-se atingir uma fórmula em que a minoria nacional conquiste uma certa autonomia sem que haja necessidade de separatismo. Essa opção costuma a suscitar repúdios nos círculos imperiais menos afeitos a qualquer concessão, bem como nos grupos separatistas radicalmente empenhados em independência total. Mas há quem, por um lado, entenda esse resultado como uma solução pragmática dentro da atemporal estratégia de “entregar os anéis para salvar os dedos”, e, do outro, há quem aceite essa opção como uma fase preliminar necessária para a obtenção gradual da independência completa. A miríade de possibilidades entre autonomia e separatismo colheu algumas experiências inusitadas, como a transformação do Império Austríaco em Império Austro-Húngaro em 1867 (o “Grande Acordo” para apaziguar o nacionalismo húngaro com um meio-termo capaz de esvaziar o apelo separatista), ou o modelo federativo de organização do Estado, que foi aplicado de variadas intensidades a diversos países, como a Bélgica, o Canadá e a República Espanhola de duração lamentavelmente efêmera (1932-1939). A opção por um estado binacional (ou trinacional, etc.) fez certa escola no século XX, em países como Tchecoslováquia, Iugoslávia e Afeganistão. Diferentemente do Grande Acordo Austro-Húngaro, esses países organizaram-se como estados multinacionais para conciliar as aspirações locais de dois ou mais povos que por algum motivo precisavam manter uma unidade política, mas almejavam algum tipo de paridade entre as nações constituintes. Em outras palavras, os povos foram unidos num território político com o propósito de somar suas qualidades. No Grande Acordo Austro-Húngaro, a multiplicidade de nações no Império Austríaco já existia sob tutela da nação privilegiada, e o pacto apenas elevou uma segunda nação, a húngara a esse status. Em se tratando dos estados binacionais que, por contraste, foram formados por união de povos História mostrou que poucos modelos de estados multinacionais obtiveram êxito a longo prazo. Enquanto durou, contudo, essa opção pareceu ir ao encontro de vários processos de libertação nacional, como no caso dos nacionalismos judeu e árabe na Palestina. Supunha-se possível dar libertação a ambas as nações em regime de binacionalidade para evitar um estado a serviço de uma em detrimento da outra.

Como sói acontecer com ideologias fundamentadas em conceitos abstratos e de difícil definição, o nacionalismo de um grupo pode se mostrar excludente com o nacionalismo do outro.

Há um exemplo complexo que ilustra vividamente esse problema. O processo de descolonização da Índia em relação ao Reino Unido foi alimentado politicamente pelo emergente nacionalismo indiano, ou hindi, articulado e estruturado por líderes como Swami Vivekananda, Lala Lajpat Rai, Bal Gangadhar Tilak, Bipin Chandra Pal, Sri Aurobindo Ghose e Mahatma Gandhi. Para o movimento que essas figuras organizaram, todos os indianos (razoavelmente definíveis como os integrantes da etnia hindi) formavam uma nação que merecia ser independente. Essa visão foi desafiada pelo Tehrik-e Pakistan (Movimento Paquistão), que propunha a “Teoria das Duas Nações” para dizer que os indianos não formavam uma só nação, porém duas: uma de indianos hinduístas e a outra de indianos muçulmanos. Essa teoria foi abraçada por inúmeros personagens, como Aga Khan III, Muhammad Iqbal, Abul Kasem Fazlul Huq, Choudhary Rahmat Ali, e, é claro, Mohammad Ali Jinnah. O surgimento dessa nova ideologia—bem como da narrativa que a acompanha—não pode ser facilmente conciliado com o nacionalismo hindi original, porque recusa aos nacionalistas a prerrogativa de abarcar os indianos muçulmanos na sua nacionalidade; eles, conversamente, recusam ao Movimento Paquistão a prerrogativa de se identificar como uma nação à parte. Em última análise, trata-se de um caso em que um grupo precisa determinar a outro quem ele é ou deixa de ser, e, como aconteceu com Ernest Bevin e os judeus, o resultado não pode ser menos que um impasse. No caso indiano, o impasse torna-se particularmente intransponível porque o Movimento Paquistão, que exige do nacionalismo hindi o direito do muçulmano constituir uma nação à parte, não tem como superar o problema do indiano muçulmano que quiser aderir ao nacionalismo hindi por se entender como parte de uma só nação indiana com hinduístas e muçulmanos. O que será do Movimento Paquistão de um indiano muçulmano recusar a Teoria das Duas Nações e usar a autonomia que eles defendem para os muçulmanos para pregar a manutenção da unidade com a maioria hinduísta.

Um caso célebre nesse sentido foi o de Khan Abdul Ghaffar Khan, um indiano muçulmano adepto do nacionalismo hindi que, como membro do Congresso Nacional Indiano, se opôs à separação do Paquistão com um estado nacional à parte da Índia, e se viu cidadão de um Estado que ele não reconhecia com legítimo, mas que o reconhecia como seu cidadão e integrante. Para tornar a questão ainda mais insolúvel, boa parte dos indianos muçulmanos que falavam bengalês passou a se identificar como um grupo distinto dos demais paquistaneses, em virtude de seu idioma específico. Como a Teoria das Duas Nações só faz sentido usando um critério de nacionalidade religiosa, em vez de linguístico, manter a Bengala islâmica como componente do Paquistão (chamada de Paquistão Oriental) era decisivo para essa narrativa específica. Ao mesmo tempo, para a Índia, estado nacional cuja narrativa se opôs já na origem à Teoria das Duas Nações, apoiar um separatismo bengalês seria politicamente lógico. E

realmente, por mais que (a maioria d') os paquistaneses vissem Bengala/Paquistão Oriental como parte do Paquistão, enquanto os bengaleses recusassem a religião como critério de nacionalidade em prol de algo que os separasse dos demais indianos muçulmanos, a própria doutrina fundadora do país era errônea, pra não dizer falsa. Isso poderia parecer uma ameaça ao país como um todo.

Desse modo, não foi por acaso que todos os governos paquistaneses foram severos contra o Bhasha Andolon, o Movimento da Língua Bengalesa. Essa tensão forçou os adeptos da independência de Bengala (ou Bangladesh), como Abdul Hamid Khan Bhashani, Khondaker Mostaq Ahmad ou Sheikh Mujibur Rahman, a superar com força o que não podia ser superado pela lógica e galvanizar a povo bengalês a resistir com armas a repressão de seu desejo por autonomia. É lógico que a própria distância física do Paquistão Oriental para o resto do Paquistão facilitava muito o combate separatista de Mujibur Rahman, e a percepção de que as autoridades centrais paquistanesas em Islamabad estavam indispostas ou incapazes de socorrer Bengala de seus desastres naturais (e.g., ciclones, inundações) contribuiu e muito para aumentar o fosso entre os muçulmanos bengaleses e o resto do país. Sem isso a vaga abstração de nacionalidade não teria produzido mais do que alguns sentimentos de revolta. Mas essa abstração permitiu que a crise provocada pelas catástrofes de proporções bíblicas fosse resolvida por meio de uma guerra de independência. Para a surpresa de poucos, a Índia interveio a favor de Bangladesh, e a derrota do Paquistão parecia vindicar a opinião do nacionalismo hindi de que a Teoria das Duas Nações não passava de uma mistificação, quiçá um subterfúgio para pulverizar a nação indiana.

Não há nada como um vitória—seja na arena política ou no campo de batalha—para recheiar uma ideia de credibilidade, sobretudo em detrimento da ideia derrotada. A derrota acachapante no Paquistão na chamada Guerra de Libertação de Bangladesh não só abalou a credibilidade da Teoria das Duas Nações como estimulou a compreensão de nacionalidade baseada em língua, cultura e grupo étnico. A existência de três países indianos era uma afronta ao entendimento de que o mundo indiano era constituído de duas nações, uma muçulmana e hinduísta, mas como fato consumado fazia da língua e grupo étnico os critérios mais convincentes para determinação de nacionalidade. É evidente que essa fórmula não estava plenamente vindicada pelos fatos, até porque um número enorme de bengaleses vivia na Índia, por serem hinduístas, e não em Bangladesh. Mas é notável que o fracasso militar da Teoria dos Dois Estados tenha estimulado—quiçá no mundo inteiro, mas decerto bem graficamente no Paquistão—uma teoria de nacionalismo por língua e grupo étnico. O sucesso do separatismo bengalês, portanto, encorajou o nacionalismo de balúchis e sindis, duas das minorias de um

Paquistão sem grupo étnico numericamente hegemônico (mas com ampla pluralidade de punjabis). Hoje, o Paquistão vive um desafio considerável com os esforços separatistas de balúchis e sindis que se reconhecem como nações à parte e que buscam independência para o Baluchistão e Sindhudesh respectivamente. Dizendo-se marginalizados pelo desequilíbrio sócio-político-econômico que permitiria uma hegemonia dos punjabis, os balúchis ameaçam fundar o próprio país, mas o sucesso dessa empreitada deixaria os punjabis mais hegemônicos do que nunca. Pode-se imaginar que todos os grupos étnicos paquistaneses menores que os punjabis venham se separar algum dia, e o Paquistão se torne não o Estado nacional dos indianos muçulmanos, mas somente—e a despeito deles quererem assim—punjabis somente. E nem de todos os punjabis, já que 25% de todos os punjabis são hinduístas e, portanto, morem na Índia!

O exercício com os indianos é emblemático porque resume bem os desafios, dilemas e impasses que o surgem quando leituras contrastantes de nacionalismo correm em paralelo. Levados às últimas consequências do entendimento de que cada nação merece um estado, esses desafios, dilemas e impasses assumem proporções galácticas, sobretudo se o critério da nacionalidade estiver longe de qualquer consenso. No caso de Israel, registrou-se a dificuldade de certas figuras políticas de apreciarem os judeus como uma nação, mas tendo contornado esses obstáculos, o movimento sionista se deparou com outros. Considerando a plethora de ameaças enfrentadas pelo Estado judaico formado em 1948, bem como os inescapáveis problemas relacionados à demanda por crescimento econômico, ao folclórico raquitismo de recursos naturais, às dificuldades climáticas e topográficas de desenvolvimento sócio-espacial e à necessidade de absorver as centenas e centenas e centenas de milhares de refugiados que sobreviveram o genocídio na Europa, não é de se admirar que o Estado de Israel tenha sido deficitário na resolução de outras questões. De todas elas, o menos resolvido é o dilema dos árabes da Palestina, muitos dos quais sonham com seu próprio Estado nacional e se veem dispostos a guerrear por isso. É um sonho que alimentou uma série de inigualáveis conjunturas políticas em que Israel, sem jamais ter sido derrotado no campo de batalha, continua refém do impasse.

O contínuo antagonismo entre israelenses e árabes-palestinos produziu uma situação sui generis para os árabes de cidadania israelense, que possuem todos os mesmos direitos que qualquer israelense, mas que sob vários critérios políticos poderiam ser colocados—ou se colocarem—dentro da mesma identidade nacional que os palestinos. É tentador imaginar que o drama deles seja produto somente da derrota palestina por um estado nacional próprio. Mas é justo reconhecer que a própria luta por um estado nacional árabe-palestino foi incorporada a dinâmicas que por natureza lógica eram razoavelmente incompatíveis aos pilares do

nacionalismo palestino. De todas essas dinâmicas, a mais popular, a mais disseminada, a mais influente e, portanto, a mais perniciosa foi o pan-arabismo. Como ideário nacionalista, o pan-arabismo é razoavelmente convencional ao qualificar o povo árabe como uma única nação, que se caracteriza pela língua (como o nacionalismo bengalês) e/ou pela etnia (como o nacionalismo hindu). Se partirmos mais uma vez do pressuposto de que cada nação merece um estado, o estado nacional árabe seria a conclusão mais lógica do pan-arabismo, e a República Árabe Unida que existiu entre 1958 e 1961 entre Egito e Síria deveria ser um caminho indispensável na direção certa. Por uma variedade de motivos, a República Árabe Unida não se manteve, e as demais tentativas de fundir dois ou mais países árabes num mesmo estado nacional foram ainda mais efêmeras. Seja qual for a causa desses insucessos, eles desenham limites para o pan-arabismo enquanto prática, mesmo sem invalidá-lo como ideologia. Ainda assim, esses limites produzem um declínio de popularidade do pan-arabismo que poderia esvaziar os principais projetos políticos a ele associados.

O nacionalismo árabe-palestino, entretanto, não se inclui entre esses projetos, o que é curioso, considerando o débito que seu movimento tem com os próceres do pan-arabismo. O governante egípcio Gamal Abdel Nasser, o mais destacado dos porta-vozes do pan-arabismo, foi um dos mais decisivos arquitetos da Organização para a Libertação da Palestina, grupo que existe até hoje como organização suprema do nacionalismo palestino. Há de se questionar, portanto, como a OLP conseguiu sobreviver não só a Nasser, mas ao próprio apogeu do pan-arabismo. Igualmente importante, por contraste, é compreender com quanta coerência o pan-arabismo e o nacionalismo palestino puderam se associar, visto que o primeiro, a rigor, contemple a unificação da nação árabe num estado nacional, e o segundo, em última análise, vislumbre a separação da nação árabe-palestina no seu próprio estado. Seria cabível entender os palestinos como uma identidade suficientemente nacional para se separar de Israel, porém insuficientemente nacional para se separar do estado árabe? As circunstâncias nunca permitiram que essa questão fosse analisada a fundo, por um motivo. A real natureza do destino dos palestinos vis-à-vis o mundo árabe teve o seu delineamento postergado para depois da derrota de Israel. Como a estratégia preferencial para a separação de Israel (que por vezes se confundiu com a destruição de Israel) foi bélica, a incapacidade de derrotar os israelenses no campo de batalha postergou esse delineamento indefinidamente. Tivesse Israel sido derrotada no campo de batalha, haveria um resultado prático a precipitar a questão. E não há nada que indique que ela seria resolvida consensualmente pelas partes envolvidas na guerra contra Israel. Pelo contrário: a criação de um Estado judaico na Palestina foi acompanhada pela criação de um Estado árabe na palestina, numa época em que surgiram ou se consolidaram muitos estados

árabes diferentes (o que seria um obstáculo preliminar para qualquer projeto pan-arabista). Entretanto, após a derrota da Liga Árabe (que incluía o Estado Árabe da Palestina, ou o Hukumat 'umum Filastin) na Guerra de Independência de Israel, o pouco que restou do Estado Árabe da Palestina foi anexado por dois desses mesmos países que formaram a Liga Árabe contra Israel. O Egito anexou a Faixa de Gaza, e o Reino Hashemita da Transjordânia anexou a Cisjordânia, passando a usar o nome Jordânia para sinalizar essa unificação. Ambos os gestos foram impostos ao Hukumat 'umum Filastin, que foi desintegrado como resultado, o que sugere uma certa falta de sintonia entre protagonistas diferentes da Liga Árabe. Entretanto, o Hukumat 'umum Filastin não resistiu militarmente à dissolução de seu país, tampouco qualquer organização palestina. Foi um contraste com a decisão da OLP frente à ocupação de Israel, em 1967, desses exatos mesmos territórios. No entanto, quando foi fundada em 1964, a OLP não se pronunciava pela libertação da Cisjordânia do Reino Hashemita da Jordânia nem da Faixa de Gaza do Egito. Seus pronunciamentos eram direcionados exclusivamente a Israel, antes que viesse a ocupar esses dois territórios—aos quais, aliás, nunca anexou.

Sem o temperamento necessário para assimilar essas informações preliminares antes mesmo de fazer uma pesquisa para avaliar os acontecimentos na região, os meios de comunicação retratam o conflito árabe-israelense sob os auspícios de uma ótica desenvolvida pela elite intelectual, mas de qualidade questionável: o “choque de civilizações”. Essa categorização é simples até ser simplória, fácil até ser preguiçosa, direta até ser apressada e útil até ser insidiosa. Curiosamente, a lógica que ela carrega, mais até do que a classificação em si, torna-se fabulosamente popular entre adeptos de qualquer um dos lados do conflito. Há quem imagine Israel como o bastião da democracia ocidental numa vizinhança de países e governos bárbaros, e que, portanto, pouca coisa além da vitória completa seja aceitável. Há quem veja Israel como a ponta-de-lança do imperialismo ocidental sedento para subjugar os povos nobres e heroicos da região, então nada menos que a eliminação de Israel precise ser contemplada. Entre as duas posições há uma variedade de sentimentos que podem até fazer uso de um vocabulário menos maniqueísta mais que continuam reduzindo a natureza do conflito ao choque de um lado correto e um lado errado, e que, portanto entendem que somente o triunfo do correto sobre o errado possa dar término aos combates. A unir todas as leituras está o pressuposto de que há menos do que circunstâncias históricas contingencialmente específicas colocando os personagens em situações antagônicas; para esses posicionamentos o que está em jogo é um confronto épico, até mesmo existencial, entre civilização e barbárie, que refuta qualquer administração da crise que não tenha juízos de valor como seus únicos critérios. Não conseguem apreciar a tragédia que toda essa dissonância não passe do resultado de uma série



de desventuras encadeadas pelas severas contingências da História, eternamente capazes de colocar pessoas até razoáveis com anseios igualmente justos em um impasse insolúvel por força dos infortúnios produzidos por qualquer comédia política de erros—a começarem pelos que se alimentam do escalonamento de tensões.

Mas para além da capacidade dos meios de comunicação superdimensionarem fragmentos da realidade, e para muito além da incapacidade dos formadores de opinião em se livrarem de suas classificações preguiçosas e reducionistas, há quem recuse a categoria de “choque de civilizações” afirmando que o que acontece na incorporação dessa lógica seja um “choque de definições”. Nesse caso, os formadores de opinião definem a situação inclusive para os participantes e produzem choques com quem queira defini-la de outra forma e estejam na periferia da consciência global. Da mesma forma que Samuel Huntington tornou-se o arquiteto do “choque de civilizações”, o intelectual palestino Edward Said formulou o “choque de definições” para permitir que a definição de Huntington seja encarada como apenas mais uma entre as inúmeras óticas lançáveis sobre o contexto—e sequer uma das mais consistentes. Valendo-se da percepção de que há um choque de definições em curso, torna-se razoável buscar uma análise do conflito que busque esmiuçar o que está sendo definido nesse quadro e por quem. Saber como se define os elementos que constituem esse necessário tem uma utilidade teórica formidável, e pode nos dar pistas inclusive para saber se há um porquê.

Nove foram as definições possíveis, há fatos comuns a todas as narrativas cabíveis. Sabe-se que o nó produzido pelo conflito ficou particularmente cego depois que Israel ocupou em 1967 a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, além da Península do Sinai, Jerusalém Oriental, e as Colinas do Golã. Israel pretendia barganhar com os países que o agrediram na chamada “Guerra dos Seis Dias” para trocar esses territórios pelo direito de existir ser reconhecido; desse modo, definiu o gesto de ocupação como a instrumentalização de um pedido por paz e reconhecimento político, o que parece razoável para qualquer entidade definida como estado nacional. Poucos meses após a guerra, no Quarto Encontro da Liga Árabe, em Khartoum, uma resolução unânime foi adotada determinando que não haveria paz com Israel, não haveria sequer o reconhecimento de Israel, e não haveria ao menos uma abertura para qualquer diálogo. A legitimidade da Resolução de Khartoum passa, portanto, pela definição de Israel como um corpo estranho e indesejável na região, cuja eliminação seria condição sine qua non para a paz que todos alegam desejar. Como Israel se viu ocupando terras que desejava trocar por paz e que não consolavam essa ausência, partindo de sua definição anterior pôde conseqüentemente definir a ocupação como uma cilada indesejável e definir-se como vítima da circunstância e da intransigência dos adversários. Essa definição não poderia ser facilmente conciliável com a prática de construir

assentamentos nessas áreas ocupadas, mas ganhou credibilidade quando, em 1979, nos Acordos de Camp David, Israel devolveu a Península do Sinai ao Egito em troca do reconhecimento de seu direito à existência. Ao mesmo tempo, a recusa do Egito em receber a Faixa de Gaza sob os mesmos auspícios manteve esse território sob a ocupação israelense, aparentemente sem um projeto coeso do que fazer com ele. Portanto, mais um impasse foi atado pela inércia das coisas terem se concretizado um tanto diferentes do que fora planejado.

O choque de definições, contudo, exige que até mesmo esses impasses sejam definidos de acordo com as narrativas em questão. Uma forma corriqueira e até mesmo vulgar de definir Israel é como um estado judaico em conflito com uma minoria árabe que quer seu próprio estado. Uma definição simples requer fórmula simples para resolver seus dilemas, mas há uma série consideravelmente extensa de problemas que empacam o desatamento desse nó. O primeiro e mais óbvio é saber se o Estado de Israel precisa deixar de existir para que exista um Estado Árabe Palestino. O segundo e segundo mais óbvio é saber o tamanho e a extensão do Estado Árabe Palestino. Mas há outros tantos muito sutis, e envolvem a capacidade de definir o que constitui um Estado Judaico Palestino e um Estado Árabe Palestino. De acordo com a definição que muitos israelenses dão para o que vem a ser o Estado Árabe Palestino, ele já existe: chama-se Jordânia, e os palestinos em Israel são uma minoria nacional que vive em um Estado apesar de possuir outro, assim como acontece com várias minorias nacionais em outros estados—as chamadas colônias. Mas há quem diga que a Jordânia não atende às necessidades de árabes vivendo sob o jugo israelense e que eles precisam ser libertados onde estejam. E há quem diga que os árabes que vivem sob domínio israelense não estão em condição pior do que a média de qualquer colônia estrangeira em qualquer país—certamente não estão piores que os judeus que viviam, até serem expulsos, em países de maioria árabe. Nessa linha de raciocínio, argumenta-se que o Estado de Israel, por ser uma democracia, consegue incorporar esses árabes socialmente com alguma garantia de direitos e que por isso o separatismo é apenas alimentado por uma série de fatos políticos consumados.

Nessa perspectiva, o argumento mais sólido para neutralizar o clamor separatista é a extensão e aprofundamento desses direitos, bem como a sofisticação de suas garantias. O objetivo desse trabalho é demonstrar que a chamada “questão árabe” é apenas uma das muitas que Israel enfrenta diariamente—ainda que seja a mais complexa. E que, mesmo assim, a solução para essa “questão” e para as demais passa por um mesmo processo, de radicalização dos direitos humanos e positivação dos instrumentos de manutenção das liberdades democráticas. O Estado de Israel não se divide entre judeus e árabes, somente. Ele se divide entre judeus, árabes, sobretudo, e também armênios, cherqueses, assírios, curdos, russos. Seus

árabes se dividem entre árabes-israelenses e árabes dos territórios ocupados, árabes e árabes beduínos. O Estado de Israel se divide em judeus, muçulmanos, drusos, bahá'ís, cristãos, samaritanos e caraítas. Os judeus se dividem em judeus laicos e religiosos. Os judeus religiosos se dividem em reformistas, reconstrucionistas, conservativos e ortodoxos. Os ortodoxos se dividem em ortodoxos modernos, ortodoxos nacionalistas e ultra-ortodoxos. Os ultra-ortodoxos se dividem em chassídicos e mitnágdicos, cada qual se dividindo em uma variedade imensa de seitas. Os muçulmanos se dividem em sunitas, xiitas, sufistas e ahmadyyas. Os cristãos se dividem em católicos, ortodoxos e protestantes, cada qual com uma infinidade própria de subdivisões. Se o Estado de Israel fracassou diante da tarefa supra-hercúlea de satisfazer às demandas sociais e políticas específicas de cada um desses grupos, ele teve um êxito impressionante ao pelo menos manter algum nível de equilíbrio e coesão na sociedade em meio a uma variedade tão explícita de culturas cujas expectativas são difícilíssimas de conciliar. Esse sucesso pode ser creditado a três conquistas. A primeira, de organizar um regime com amplas liberdades democráticas de alta solidez institucional larga o bastante para incorporar toda sorte de grupo sócio-cultural e profunda o suficiente para atender simultaneamente a uma diversidade incalculável de demandas políticas. A segunda, ao crescimento econômico razoavelmente inclusivo que até certo ponto poupou o país de um número muito grande de bolsões de miséria capazes de fomentar instabilidade social. E o terceiro, à alta qualidade e à alta quantidade de serviços públicos acessíveis a todos os personagens de Israel e que, com isso, asseguram algum nível de interesse comum na conservação do Estado. É lógico que nenhum desses fenômenos pode transcender a conjuntura internacional que torna a paz improvável. Mas é certo que a paz não terá sustentação social, político ou cultural a menos que se evite o desmantelamento dessas conquistas, e que se lute para radicalizá-las, aprofundá-las e constitucionalizá-las.

Israel é o único Estado do mundo de população predominantemente judaica, com uma população de cerca de 7,5 milhões de habitantes, dos quais aproximadamente 6,52 milhões são judeus. O mesmo espaço já foi dominado por mais de 4000 anos por mais de 20 impérios e culturas, é berço do Judaísmo e Cristianismo e centro sagrado do Islã e da tradição Bahá'í e assim compõe um quadro fortemente diverso, chegando a ser chamado para alguns como o primeiro país pós-moderno. Os denominados árabes-israelenses constituem a maior minoria étnica do país, enquanto os muçulmanos, cristãos, drusos, samaritanos e outros (a maioria árabe) constituem os grupos minoritários religiosos. Apresenta o árabe e o hebraico como línguas oficiais, porém é possível ouvir diversas e diversas línguas através do país devido a sua população ser formada com grande influência de imigrantes, em especial os provindos da antiga

união soviética e da Etiópia tornaram o russo e o amárico línguas faladas em Israel. Ao longo das últimas décadas os fluxos migratórios tem também incluído um numero significativo de imigrantes não-judeus de países como a Romênia, Tailândia, China, e outros da África e da América do Sul, e a dificuldade em estabelecer um numero de imigrantes exato, vem em conjunto com os imigrantes ilegais, porem estimativas apontam cerca de 200.000 imigrantes, que às vezes colocam certa pressão para que o governo estimule a vinda de judeus de outras partes do mundo para manter uma maioria populacional e manter a forte cultura no Estado que foi criado exatamente com o proposito de ser uma pátria para o povo judeu. Muitas dessas levas imensas de imigrantes vêm para Israel atrás de oportunidades econômicas—e eles existem em considerável oferta—mas há uma quantidade imensa de refugiados de guerra que optam pelo país democrático mais próximo. Isso se mostra particularmente nítido no caso dos sudaneses que fogem maciçamente de sua terra de origem para escapar os horrores de guerras civis que já duram algumas décadas, mas que geralmente têm pouquíssima motivação para se instalar no Egito onde havia ainda pouco uma ditadura severa que lidava com os refugiados de maneira rigorosa e brutal, muitas vezes enviando-os diretamente aos lugares no Sudão onde seus destinos estarão tragicamente selados. Em contraposição, em Israel mesmo os imigrantes ilegais conseguem emprego e inclusive pertencimento a algum sindicato. Considerando que Israel seja o país com o maior número de trabalhadores sindicalizados per capita, não chega a ser surpreendente, mas o fato é que a relativa facilidade com que um imigrante ilegal consegue se tornar beneficiário de alguns direitos, sobretudo trabalhistas, e também de diversos serviços públicos de razoável qualidade, o fato é que mesmo sem jamais ter oportunidade de obter cidadania israelense há estímulos o suficiente para que os refugiados políticos, humanitários e econômicos se instalem nesse país. Ao mesmo tempo, o fato dessa população ilegal ter atingido cifras extraordinárias nos últimos anos provocou algum nível de ansiedade em certas autoridades israelenses, incertos sobre a capacidade de absorção ordeira e organizada dessas pessoas com origens tão incomuns e estrangeiras por essa sociedade que já é caracterizada como uma das mais complexas e diversificadas do mundo—mesmo que se nos detivermos apenas naqueles que são seus cidadãos de pleno direito. Dentre os grupos que constituem esse corpo cidadão, vale a pena começar falando do povo judeu propriamente.

Não é simples definir o povo judeu. Ninguém duvida que seja um povo muito antigo, mas ainda há controvérsia quanto à melhor forma de classificá-los enquanto coletividade. O mais comum, ao menos no Ocidente, é qualificá-los de grupo religioso, embora apenas uma minoria das pessoas que se identificam como judias tenha qualquer tipo de prática dita religiosa. A palavra “religião” sequer existe nos idiomas judaicos, embora palavras similares a “povo” existam

em abundância. Durante muito tempo foi comum qualificar os judeus como um grupo étnico, ou até mesmo como uma etnia composta de diversos grupos étnicos. Por outro lado, tão logo que o conceito de 'nação' tornou-se familiar aos judeus, muitos judeus passaram a se definir dessa forma. Há quem diga que os judeus são uma cultura, um legado, uma expressão de vida, uma filosofia, uma ideologia, um espírito revolucionário. A verdade é que os judeus existem desde os tempos em que era praticamente impossível distinguir um povo de uma cultura, de uma religião, de uma etnia, de um grupo étnico, de uma nação, de uma cultura, e de coletividades que partilhavam de um mesmo legado, de uma mesma expressão de vida, de uma mesma filosofia, dentro do quais não se identificava cortes ideológicos ou espíritos revolucionários precisos. Na medida em que os judeus foram perdendo autonomia política, e passaram a viver entre outros povos, nem sempre como hóspedes bem-vindos, eles receberam a classificação que melhor lhes definiam dentro da ótica.

Os judeus são um povo com dificuldade de manter padrões, já que se misturaram com diversas outras culturas do mundo e hoje tem diversas subdivisões. Quanto à afiliação religiosa, 55% dizem que são tradicionalistas, 20% consideram-se judeus seculares, ou seja, são menos religiosos ainda do que os tradicionalistas, porém mantem de alguma forma vínculos culturais com o judaísmo através dos séculos, outros 17% definem-se sionistas religiosos, e outros 8% se definem judeus haredi. Quanto às divisões étnicas, são por vezes generalizadas em ashkenazim, sefaradim, e Beit Israel, porém quando não existem estas generalizações, outros grupos surgem, provindos destas, como maghrebim, mizrachim, iemenitas, georgianos, hodim, romaniotes, italkim, persas, abayudaya, asiáticos.

Os ashkenazim são judeus com origens ancestrais na Europa medieval cristã, sobretudo a partir das antigas regiões germânicas, que posteriormente tiveram de se instalar na Europa oriental, como os territórios dos impérios polonês e russo (i.e. Lituânia, Polônia, Ucrânia, Bielorrússia, Bessarábia, Galícia, Letônia, Estônia, além de Romênia e Bulgária). Quando o século XX começou, 90% dos judeus do mundo eram ashkenazim, cuja língua ancestral é o ídiche, um patuá que se assemelha a um dialeto germânico antigo a partir do alfabeto e do vocabulário hebraico. A hegemonia numérica dos ashkenazim foi dramaticamente reduzida após o Holocausto—a cada dez judeus mortos pelos nazistas, nove eram de origem ashkenazi—porém a hegemonia política e até mesmo cultural dos ashkenazim permanece, sobretudo entre os judeus sionistas.

Já os sefaradim são judeus com origens ancestrais na Europa medieval islâmica, i.e., Península Ibérica, onde viveram até serem expulsos definitivamente em 1492 e se refugiarem em outras regiões do império islâmico, de modo que acabaram coexistindo (e sendo

confundidos) com judeus maghrebim e mizrachim. Hoje há algo entre 1,5 milhão e dois milhões de judeus sefaradim em Israel. A língua vernacular dos sefaradim quase sempre foi o ladino, embora uma de suas variações mais populares foi o haketia, particularmente depois que os sefaradim foram expulsos de Granada e se refugiaram no Marrocos. Os sefaradim sempre foram o segundo maior contingente judaico, de modo que o rótulo de 'sefaradi' foi por muito tempo aplicado a quaisquer grupos judaicos originários de territórios que pertenceram ao império islâmico, como os mizrachim, os maghrebim, e os romaniotes e até mesmo os italkim. De fato, os judeus maghrebim também viveram no império islâmico desde os tempos medievais, porém nas regiões setentrionais africanas, conhecidas como "Maghreb", e compreendendo Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia. Em sua História eles já falaram vários dialetos judaico-berberes chamados tamazight tudayt embora após 1492 muitos assimilaram o haketia. Há 1.160.000 de judeus maghrebim em Israel. Os mizrachim, similarmente, têm origem no mesmo império islâmico, mas habitando as áreas do Oriente Médio e do Levante, como Egito, Palestina, Síria, Líbano e Iraque. Muitos estudiosos e a maioria dos leigos têm dificuldade de distinguir os maghrebim dos mizrachim, mas há algo em torno de 1.397.000 de mizrachim em Israel. Os judeus iemenitas, embora fossem igualmente habitantes perenes do Oriente Médio, têm origem muito diferente. Eles formavam uma comunidade antiga e praticamente desconhecida que vivia no lêmén desde os tempos bíblicos da invasão de Jerusalém pelos caldeus da Babilônia. Na ocasião, uma pequena parte do povo fugiu ininterruptamente ao sul da Península Arábica, onde viveram por milênios praticamente sem notícias dos demais judeus até serem descobertos no final do século XIX. Dos 350 mil judeus iemenitas existentes no mundo, trezentos mil vivem em Israel (menos de 150 permanecem no lêmén). Os judeus persas tiveram trajetória paralela. Com uma população em Israel chegando a 250 mil, esses judeus persas descendem daqueles judeus bíblicos que viveram o Cativo da Babilônia e habitaram a Pérsia desde os tempos do imperador Ciro, o Grande. Judeus persas já falaram uma variedade enorme de dialetos, a começar pelo aramaico, patuá do hebraico com a língua curda, e a língua literária dhzidi. Os italkim, que falavam uma série de dialetos conhecidos coletivamente como ghettaioli giudeeschi, passaram a Idade Média em cidades italianas como Florença, Veneza, Bari, Modena, Mântua, entre outras. Seus ancestrais se instalaram nessas localidades desde o segundo século antes da Era Comum. Os judeus romaniotas, paralelamente, são os judeus que desde aproximadamente 300 a.E.C. vivem na Grécia, onde falavam por muito tempo o dialeto greco-hebraico conhecido como "yevânico". Tragicamente, 98% dos judeus romaniotas foram exterminados no Holocausto, de modo que restam apenas 63 mil no mundo inteiro, 45 mil em Israel.

Depois dos judeus, os árabes constituem o grupo mais numeroso em Israel. A classificação do árabe tampouco é simples. Decerto que não podem ser confundidos com um grupo religioso, com sói acontecer com os judeus. Dito isso, durante muito tempo encaixou-se os árabes em categorias distintas, ainda que não totalmente excludentes. A antropologia clássica definiu o árabe como uma etnia, um subgrupo da raça caucasoide ou caucasiana. Desse modo, o árabe era entendido como uma coletividade caucasiana tal qual o nórdico e o hindi, o albanês e o armênio, o tâmil e o siciliano, o lapão e o tuaregue: ele é mais específico do que uma raça e mais geral do que uma nação. Entretanto, outras correntes da antropologia racial desenvolveram teses que categorizavam os árabes como uma raça à parte, talvez por uma pretensão de colocar o nórdico num campo distante de outros caucasianos menos 'brancos'. Em sentido inverso, surgiu a proposta de encarar os árabes como um grupo étnico a compor com outras subdivisões como os tuaregues, berberes, e até sicilianos a chamada etnia "mediterrânea". Essa expressão buscou salientar um suposto parentesco entre esses grupos que os tornava mais próximos entre si do que de outros grupos étnicos caucasianos, como os eslavos e letões que, conquanto suas diferenças, pertenceriam a uma mesma etnia diferente da mediterrânea. Para muitos, entretanto, os árabes não passam de um grupo linguístico que forma uma identidade não mais sólida do que as comunidades lusófona e francófona. O escritor Georges Bourdoukan, brasileiro de origem libanesa, chegou a afirmar que não existem países árabes, apenas países de língua árabe. Por outro lado, há quem diga que entre si os árabes têm laços bem menos tênues do que a língua; que de fato, eles formam uma comunidade nacional, e que sírios, libaneses, iraquianos, egípcios, líbios, iemenitas e outros são apenas distinções geográficas para uma mesma nação. Essa visão tornou-se extremamente popular, sobretudo na História recente, na qual ganhou até mesmo uma expressão política das mais relevantes, através do Pan-Arabismo, que incluiu figuras públicas tão díspares quanto Michel Aflaq, Gamal Abdel Nasser e Antun Saadeh. A partir do Pan-Arabismo disseminou-se a compreensão de que os árabes eram todos pertencentes a uma mesma nação cujo desenvolvimento natural se daria na consolidação de uma comunidade social, econômica ou mesmo política entre eles. Algumas tentativas de unir árabes de países diferentes num mesmo Estado nacional tiveram sucesso temporário, e a ausência de êxito permanente nesses projetos específicos não refuta a validade dessa concepção do árabe enquanto nação, do mesmo modo como um eventual sucesso não comprovaria sua validade.

A existência de árabes-israelenses em si não invalida nenhuma dessas percepções do árabe, nem mesmo a compreensão do árabe como grupo nacional. A existência de uma nação árabe num estado nacional judaico não é nem o primeiro e dificilmente será o último caso de extraterritorialidade de uma minoria nacional. Os próprios judeus se puderem ser classificados

como uma nação existiram como tal dentro de inúmeros Estados nacionais. Há um contingente gigantesco de mexicanos habitando os Estados Unidos. Há enormes minorias russas em praticamente todos os Estados nacionais que em algum momento fizeram parte da União Soviética. E a República Popular da China é lar para um extenso rol de nações vizinhas, algumas das quais, como a coreana, a vietnamita e a mongol, têm seus próprios Estados nacionais independentes e soberanos. A condição do árabe como língua oficial do Estado de Israel indica que, apesar dos pesares, a nação árabe está longe de ser um grupo inteiramente marginalizado no Estado nacional judaico. Os árabes tradicionalmente se fizeram representar no Poder Legislativo israelense e marcam presença no Poder Judiciário, no Poder Executivo e no serviço público. Isso não impediu que Israel se encaixasse como obstáculo a certas interpretações do Pan-Arabismo. Nasser, em particular, enfatizou que a destruição de Israel era condição sine qua non para o êxito de seu projeto pan-árabe específico.

A compreensão dos árabes como uma nação, através do pan-arabismo, não foi a única a produzir impasses políticos com a existência de Israel. Na outra ponta das formas de classificação do árabe surgiram propostas políticas que tiveram adeptos dispostos a eliminar Israel num ou noutro nível. Especificamente, a noção de que os árabes compõem entre si qualquer tipo de identidade menos específica que um grupo nacional também ganhou terreno entre segmentos incapazes de aceitar a existência de um Estado judaico no Levante. Para quem crê que os árabes formam várias nações específicas, entre libaneses, sírios, egípcios, iraquianos, iemenitas, etc., poderia haver também uma nação palestina que estivesse reunida sob o mosaico de nacionalidades constituintes do universo árabe. Desse modo, assim como os árabes sírios têm a Síria, os árabes libaneses têm o Líbano, os árabes egípcios têm o Egito, os árabes líbios têm a Líbia, os árabes palestinos haveria de ter a Palestina. Não há nada nessa leitura que, por si só, signifique necessariamente que a Palestina inteira deva ser dos árabes palestinos, e que eles não possam reparti-la com um Estado nacional judaico, ou comparti-la com os judeus em um Estado binacional. Por força das circunstâncias históricas, entretanto, as propostas sionistas de Estado binacional, defendidas por organizações como o Hashomer Hatzair (de orientação marxista-leninista), foram invariavelmente refutadas pelas lideranças árabes-palestinas da(s) época(s). A existência de dois países na Palestina, cada qual com soberania para uma nacionalidade, ainda que pudesse despertar simpatia de palestinos individuais, foi institucionalmente recusada pelas lideranças oficiais do povo palestino até tempos recentes.

Pela lógica, faria algum sentido supor que o nacionalismo palestino poderia enfrentar atritos práticos com o nacionalismo pan-árabe. Pensando por analogia estrutural, o nacionalismo croata



se chocou fortemente com o nacionalismo pan-eslávico da antiga Iugoslávia, que supunha ser natural que a Croácia se mantivesse com parte integral do país cujo nome significa “terra dos eslavos do sul”. Do mesmo modo, o nacionalismo moldaviano frequentemente se chocava com o nacionalismo romeno, para o qual a Moldávia era apenas uma das regiões históricas da Romênia, como a Valáquia, a Transilvânia, Bukovina e Dobruja. Levado às últimas consequências, esse raciocínio poderia sugerir até mesmo uma fórmula pan-árabe para superar o drama da falta de um Estado para os palestinos. Os palestinos não têm um Estado nacional, mas os árabes têm; vários, aliás. Um observador superficial poderia se ver tentado a perguntar se aqueles árabes indispostos a viver debaixo de soberania israelense não se sentiriam bem-vindos em estados onde o árabe é a nação predominante. Decerto que essa dúvida faz menos sentido se os palestinos constituem uma nação à parte dos outros árabes, em contraposição à ideia basilar do pan-arabismo. Apesar dessa aparente contradição, os movimentos pan-arabistas tiveram uma colaboração notavelmente estreita com movimentos do nacionalismo especificamente palestino. A própria Organização pela Libertação da Palestina foi organizada sob os auspícios do mesmo Gamal Abdel Nasser, que pretendia unir os árabes sob uma mesma república. Entre os grupos que até hoje constituem a OLP, existem os que são explicitamente adeptos do ba’athismo, uma ideologia pan-árabe secularista desenvolvida por Michel Aflaq.

Se apesar dessa impressionante capacidade de convergência entre o nacionalismo pan-árabe e o nacionalismo palestino ainda restam dúvidas existenciais que poderiam ter se tornado mais pertinentes se fosse outro o rumo da História (e que ainda poderão), cabe perguntar se basta superar a definição dos árabes como nação para presumir a especificidade da nação palestina. Para muitos analistas, a nação palestina pode até ser considerada uma nação específica no mosaico de povos árabes, mas não seria necessariamente distinta da nação jordaniana, por exemplo. Há quem veja o mundo árabe com um mosaico de nações, mas não aceite que sírios e libaneses sejam nações distintas, de modo que o uso do gentílico “sírio-libanês” seja muito comum. Do mesmo modo, será que palestinos e jordanianos constituem nações diferentes? Quando a Jordânia se constituiu, nem a intenção declarada nem a intenção particular eram de construir um lar nacional para “o povo jordaniano”.

Os árabes em Israel são de maioria muçulmana, com uma minoria cristã significativa. Os árabes muçulmanos em Israel são quase todos da tradição sunita. Há muitos árabes, sobretudo em Israel, que não são propriamente muçulmanos e certamente não são cristãos: pertencem à religião drusa; porém em toda parte os drusos possuem uma identidade muito própria. Sociologicamente, sobretudo em Israel, acaba sendo mais inteligível se referir aos árabes drusos como drusos do que como árabes-israelenses. Isso é particularmente ilustrativo no modo como

se relacionam com o serviço militar israelense. Os árabes de Israel são notavelmente um dos únicos grupos israelenses para quem o serviço militar não é obrigatório. Para aqueles que optam pelo alistamento, eles excepcionalmente recebem das Forças Armadas a possibilidade de escolher a natureza do serviço que preferem desempenhar, a fim de não lhes obrigar a integrar as forças combatentes—o que faz um certo sentido, visto que a quase totalidade dos confrontos bélicos de Israel se deu com países árabes. Em contraste, os drusos servem às forças armadas como quaisquer israelenses, ainda que sejam etnicamente classificáveis como árabes, de modo que há contingentes numerosos de drusos no corpo de combatentes, muitos dos quais se tornam oficiais altamente condecorados. Isso ocorre a despeito de existirem vários drusos nos exércitos de países com que Israel já se digladiou, como o libanês, por exemplo. Nunca se registrou qualquer prejuízo do esforço castrense dos drusos, nem mesmo nesses casos. Além dos dados militares, há outras searas nas quais os drusos não se confundem com nenhum tipo de árabe. É sabido que o grupo partidário conhecido como Likud (“Consolidação”) é enfaticamente rejeitado nas urnas pelos árabes-israelenses, que o veem como um dos grandes obstáculos políticos para o processo de paz entre israelenses e palestinos. Entretanto, o Likud não só tem um eleitorado cativo entre alguns drusos como tem políticos drusos na sua lista parlamentar, compondo a bancada legislativa.

Podemos dizer que os drusos são uma das “minorias minoritárias” de Israel. Mesmo os que têm origem árabe não compõem uma unidade categórica com árabes de outras religiões, como o Islã e o Cristianismo. Assim como os drusos, há inúmeras outras “minorias minoritárias” que não estariam contempladas numa dicotomia judeus/árabes ou judeus/muçulmanos as quais a cultura vulgar geralmente reduz Israel. Podemos listar, além dos drusos, os cristãos, os armênios, os cherkeses, os bahá’ís, e até mesmo os beduínos.

Os cherkeses se caracterizam como um grupo étnico do Noroeste do Cáucaso, principalmente da república russa de Karachay-Cherkessia de onde compõem 11% da população. Seu idioma é o circassiano, que pertence à família Abjasio-Asiguea. Os circassianos emigraram desde Cabardia entre 1780 e 1825, estabelecendo-se nos vales dos altos rios de Zelenchuks e Urup. Devido à pressão do império otomano no século XIX, muitos circassianos migraram a países do oriente próximo de onde a maioria acabou por assimilar-se. Muitos se converteram ao islã. Recentemente se estabeleceram em duas aldeias, Rejanía e Kfar Kama, que fazem parte do Estado de Israel, e também servem ao exército de Israel.

Os bahá’ís são um grupo religioso com fé monoteísta voltada para a espiritualidade da humanidade, estimulam a livre busca pela verdade, e vão contra quaisquer tipos de preconceitos, estes proíbem o fanatismo e não tem dogmas. Se distinguem de muitas religiões,

e/ou representam certa mescla ao considerarem que religião é uma palavra sem plural e reconhecerem, por exemplo, Jesus, Moisés, Buda, e outros precedentes de Baha'u'llah, o fundador da fé bahá'í. Em Israel estes se concentram na região da galileia, e tem seu centro mundial na cidade de Haifa, cidade caracterizada e encantada por seus jardins. Em termos de espaço é uma exceção quando comparados com as outras religiões, que apresentam seus espaços sagrados em Jerusalém e assim se destacam do 'pólo Jerusalém' de locais religiosos do país.

Os beduínos se consideram e são considerados através da origem etimológica da palavra 'bedauí' como moradores do deserto (conotação de local onde não há população fixa) atualmente estão organizados em tribos que falam o idioma badawi, e se consideram descendentes do povo árabe. Estes podem ser divididos em 3 grupos, o dos chamados `verdadeiros beduínos que são pastores nômades, que fazem caravanas pelo deserto e se dedicam ao comercio, os chamados fellahin são agricultores sedentários, e vivem nas bordas dos desertos, e um grupo de semi-nômades, que emigram com seus animais e que também ocupam uma agricultura estável. Dos quase cinco milhões de beduínos, apenas 16mil vivem em Israel, a maioria dos beduínos é sunita, e em Israel a grande maioria habita o deserto do Neguev no sul de Israel, que começou a ser ocupado em anos próximos a 1980, e tem grande responsabilidade pela fama desértica de Israel por ocupar quase metade do território do país.

#### Resultados e conclusões:

Ao final do trabalho, cujo não foi possível abordar firme e profundamente todas as tão diversas expressões das múltiplas faces do Estado de Israel, foi possível concluir que os focos de debates normalmente enfatizados pelas grandes mídias deixam um abismo a desejar em termos de conhecimento acerca da sociedade israelense, o que complica a situação não só da política e da geopolítica interna baseada em opiniões externas massivamente disseminadas, como às vezes acabam por ajudar a manter o tão falado e superficialmente abordado conflito, que é criticado pela própria mídia.

Imagens:



1- Densidade por região geográfica, sub-distrito e distrito

Bibliografia:

LAUQUER, Walter. A history of Zionism. Shoken Books, 2003.

TSUR, Jacob. A Epopeia do Sionismo. Rio de Janeiro, Editora Documentário, 1977.

AARONS, Mark. LOFTUS, John. The Secret War Against the Jews. St. Martin's Griffin, New York, 1997.

ELON, Amos. The Israelis Founders and Sons. 1971.

DAVIS, H. John. A paz evasiva. Rio de Janeiro, Delegação da liga das nações árabes, 1970.

COLLINS, Larry. LAPIERRE, Dominique. O Jerusalem. London, Pan Books LTD, 1972.

GILBERT, Martin. Israel a history. Editora Black Swan, 1998.

SAID, W. Edward. Orientalismo- O oriente como invenção do ocidente. 1978.